

ARTICULAR A AVALIAÇÃO SUMATIVA COM A FORMATIVA PARA A APRENDIZAGEM DE TODOS OS ALUNOS: POTENCIALIDADES E TENSÕES (ID 87)

SANTOS, Leonor, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (PT)

PINTO, Jorge, Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Setúbal (PT)

RESUMO

De forma a ser possível ao professor na sala de aula desenvolver práticas de avaliação formativa, potenciadoras de aprendizagem (Black & Wiliam, 2003), é necessário enquadrá-las na prática profissional institucionalmente estabelecida. Mas a articulação entre práticas de avaliação sumativa e formativa (APASF) é complexa (Bennett, 2011) e carece de ser aprofundada (Taras, 2005).

Neste sentido, foi desenvolvida, ao longo de dois anos letivos, uma intervenção pedagógica que tinha por principal objetivo construir, a partir de um momento formal de avaliação sumativa, um novo momento, agora de avaliação formativa, assente na autorregulação dos alunos (Allal, 2007), que pudesse contribuir para as aprendizagens de todos os alunos. Esta intervenção pedagógica foi proposta e desenvolvida numa escola da zona sul de Lisboa, por duas professoras de Matemática do 3.º ciclo, Rosa e Teresa (nomes fictícios). Este trabalho foi acompanhado por dois investigadores (os autores desta comunicação). Assim, num contexto de trabalho colaborativo, desenvolveu-se um estudo que procurou responder às seguintes questões de partida:


- Como é interpretado e aceite o processo de APASF ao nível da sala de aula, do departamento de Matemática e dos órgãos de gestão da escola?

- Quais os efeitos do processo de APASF, nomeadamente ao nível do envolvimento dos alunos e do seu desempenho?

Seguindo uma metodologia de investigação-ação, participaram no presente estudo, a diretora da escola, que é também Presidente do Conselho Pedagógico, o grupo de professores de Matemática, e os alunos das turmas de Rosa e Teresa. No 1.º ano, estiveram envolvidas 7 turmas (7.º e 8.º anos); no 2.º ano aos alunos do 8.º ano que transitaram para o 9.º ano, juntou-se-lhes uma turma de 7.º ano. Os dados foram recolhidos através de entrevistas a alunos (áudio registadas) e à diretora da escola, de observação da reunião de grupo, de aulas e de sessões de trabalho com os alunos (acompanhada de diário de bordo), e por recolha documental (produções dos alunos, material elaborado pelas professoras no âmbito da intervenção pedagógica). A análise de dados seguiu uma abordagem quantitativa e de análise de conteúdo. A intervenção pedagógica seguiu as seguintes etapas e procedimentos:

1ª etapa: Pedido de autorização escrito aos órgãos da escola, antecedido por uma apresentação e discussão do respetivo documento no grupo de Matemática. Dado tratar-se de uma intervenção avaliativa distinta do que estava estabelecido na escola, as professoras tomaram a iniciativa de a dar a conhecer ao seu grupo disciplinar e de solicitar autorização aos órgãos de gestão da escola.

2ª etapa: Implementação da intervenção pedagógica ao longo dos dois anos. Após a realização de um teste, na aula seguinte, cada aluno recebe-o anotado e classificado e um conjunto de questões semelhantes àquelas que errou ou resolveu de forma incompleta, que se traduz por um trabalho individual diferenciado (TID). É acordada a data de entrega do TID. Os alunos podem consultar a



correção do teste disponibilizado na plataforma Moodle da escola, recorrer a qualquer outro material de suporte, ao apoio da sua professora de Matemática e de outro professor disponível na sala de estudo, ou outro recurso humano. A classificação final do teste pode ser aumentada até 5% de acordo com a qualidade do TID. Assim, cada ciclo da intervenção pedagógica partiu de um momento de AS, seguindo-se-lhe um de AF, terminando num novo momento de AS.

3ª etapa: Implementação de uma estratégia de suporte no 2.º ano, desenvolvida em paralelo com a intervenção pedagógica. Face à constatação que nem todos os alunos continuavam a não tirar proveito deste processo (ou não entregavam o TID ou não melhoravam de forma significativa o seu desempenho), foram desenvolvidas sessões de trabalho entre as professoras e alunos, simulando situações que estes tinham de enfrentar na intervenção pedagógica. Em particular, discutiram-se possíveis estratégias a desenvolver (consulta da correção do teste, análise comparativa entre resoluções, ...). Procurou-se assim apoiar os alunos no desenvolvimento de processos de autorregulação.

Os resultados obtidos apontam para que o estabelecimento de uma APASF num contexto organizacional cria tensões entre os diferentes níveis da organização e mesmo dentro de cada um desses mesmos níveis, confirmando resultados de outros estudos (Thompson & Wiliam, 2008). Razões de ordem distinta explicam-nas: de uma preocupação face à imagem externa da escola à intenção da garantia de igualdade de tratamento entre diferentes alunos do mesmo ano de escolaridade e disciplina (confundindo-se equidade com igualdade de tratamento); da valorização de uma lógica sumativa ao reconhecimento da existência de uma oportunidade para aprender.

Ao longo dos dois anos, verificou-se que mais de metade dos alunos se envolveram no processo e a maior parte destes apresentou melhorias no seu desempenho. No entanto, não se verificou uma evolução positiva significativa ao longo dos ciclos de cada ano escolar. A estratégia de suporte introduzida no 2º ano não se revelou eficaz, mantendo-se o mesmo padrão anterior. Não ter havido continuidade nesta estratégia de suporte, esta ter por base o mesmo racional da intervenção pedagógica mais geral (apelar para a autorregulação dos alunos), e ser desenvolvida num contexto onde obter uma nota não se relaciona diretamente com a aprendizagem poderão ser razões explicativas deste facto.

Este estudo confirma as tensões e dificuldades que se colocam quando se pretende conciliar uma cultura de avaliação fortemente normativa com uma cultura de diferenciação pedagógica.


Referências

Allal, L. (2007). Régulations des apprentissages: orientations conceptuelles pour la recherche et la pratique en éducation. In L. Allal & L. Lopez (Dir.), *Régulation des apprentissages en situation scolaire et en formation* (pp. 7-23). Bruxelles: De Boeck & Larcier s.a.

Bennett, R. (2011). Formative assessment: a critical review. *Assessment in Education: Principles, Policy & Practice*, 18(1), 5-25.

Black, P., & Wiliam, D. (2003). In praise of educational research' formative assessment. *British Educational Research Journal*, 29(5), 624-637.

Taras, M. (2005). Assessment - summative and formative - some theoretical reflections. *British Journal of Educational Studies*, 53(4), 466-478.



Thompson, M. & Wiliam, D. (2008). Tight but loose: A conceptual framework for scaling up school reforms. In E. Wylie (Ed.), *Tight but loose: scaling up teacher professional development in diverse contexts* (pp.1-44). Educational Testing Service (<http://www.ets.org/research/contact.html>)